



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE COMPRA Nº 090/2023

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, nº 3717, Centro Cívico, CEP: 87.501-130, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **HERMES PIMENTEL DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário/ agente político, inscrito no CPF sob nº 025.240.279-02, portador da Cédula de Identidade nº 5.437.263-9 SSP/PR., residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **MACROMMERCE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 47.977.771/0001-05, com sede à Rua Najla Carone Guedert, nº 820, Pagani, CEP: 88.132-150, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. **ROBERTO JUNIOR DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade, RG nº. 41012060 SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 220.809.548-06, residente e domiciliado na cidade de Castro, Estado do Paraná, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2022/11/1533, e no Pregão Eletrônico nº 155/2022 - PMU, homologado pela Portaria nº 355/2023, em 13 de fevereiro de 2023, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 14 de fevereiro de 2023, edição nº. 12.656, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei 10.520/02, o Decreto Municipal nº 021/2021 e as Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Lei Municipal nº. 4.201/17 e Decreto Federal 10.024/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais elétricos, para serem utilizados em serviços de reparos, manutenções preventivas e/ou corretivas, adequações e ampliações de sistema elétrico em prédios públicos, eventos e demais logradouros do Município de Umuarama, conforme descrição abaixo:

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Marca/Modelo	Valor Total
03	44726	Base relé fotoelétrico iluminação, tensão nominal: 110,220 v, corrente nominal: 10 a, tipo montagem: luminária, normas técnicas: nbr	Unid.	60	R\$ 4,20	TECNOLINSA / BASEFIXA	R\$ 252,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

		5.123,82					
28	44736	Disjuntor 1x20A modelo din	peça	130	R\$ 5,62	ETEK/ ETEK	R\$ 730,60
30	44738	Disjuntor 1x40A modelo din	peça	20	R\$ 6,00	ETEK/ ETEK	R\$ 120,00
31	44739	Disjuntor 1x50A modelo din	peça	25	R\$ 6,25	ETEK/ ETEK	R\$ 156,25
33	44741	Disjuntor 2x20A modelo din	peça	20	R\$ 16,72	ELGIN/ ELGIN	R\$ 334,40
34	44743	Disjuntor 3x20A modelo din	peça	20	R\$ 16,33	ETEK/ ETEK	R\$ 326,60
35	44744	Disjuntor 3x40A modelo din	peça	30	R\$ 17,80	ETEK/ ETEK	R\$ 534,00
36	32768	Disjuntor 3x50A modelo din	peça	30	R\$ 19,00	ETEK/ ETEK	R\$ 570,00
40	44749	Disjuntor 2x40A modelo din	peça	20	R\$ 18,23	ETEK/ ETEK	R\$ 364,60
41	44750	Disjuntor 2x50A modelo din	Unid.	10	R\$ 12,50	ETEK/ ETEK	R\$ 125,00
59	44800	Lâmpada eletrônica compacta LED 15W E27	peça	500	R\$ 5,76	GOODLUX/ LB15A60-6	R\$ 2.880,00
89	44057	Reator vapor mercúrio para lâmpada de 400W, uso interno	Unid.	100	R\$ 62,00	GOODLUX/ MER400EA26	R\$ 6.200,00
		VALOR TOTAL:					R\$ 12.593,45

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (A) E FISCAL (IS): De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009 de 22 de junho de 2009 da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-Pr, indica-se como **GESTOR (A) DE CONTRATO:** o Sr. **RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS**, CREA-PR 167.115-D, portador da cédula de identidade, RG nº 10.017.249-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 099.654.639-13, Diretor de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos; e como **FISCAL DE CONTRATO:** o Sr. **BENEDITO BARBOSA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.398.799 SSP/PR, inscrito no CPF nº 175.065.069-04, Chefe de Divisão de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR: O valor total objeto do presente contrato é de R\$ 12.593,45 (doze mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1 - O pagamento será efetuado, **em até 30 (trinta) dias, após entrega**, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

4 - Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** deverá manter-se regularizada perante a Fazenda Federal, Municipal e Estadual, apresentar a CRF (FGTS), bem como manter-se regularizada perante a Justiça do Trabalho, para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CNDs e CNDT por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quarto: Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

Parágrafo Quinto: As notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega dos produtos.

Parágrafo Sexto: Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL: A **CONTRATADA** quando da emissão das notas fiscais/faturas, deverá fazer constar na mesma o nº do processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 155/2022 – PMU e Contrato nº 090/2023 – PMU.

Parágrafo Único: As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do MUNICÍPIO DE UMUARAMA, com CNPJ nº 76.247.378.0001-56, com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com o presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

08.002.27.812.0019.1.097.3.3.90.30.00.00 D: 362 F: 1000

08.002.27.813.0005.1.085.3.3.90.30.00.00 D: 368 F: 1000

08.002.12.361.0015.1.095.3.3.90.30.00.00 D: 224 F: 104

08.002.15.451.0005.2.026.3.3.90.30.00.00 D: 226 F: 1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

08.002.12.365.0015.1.096.3.3.90.30.00.00 D: 229 F: 104
08.002.18.543.0005.1.134.3.3.90.30.00.00 D: 294 F: 1000

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DALICITAÇÃO/CONTRATO:

- 1 - Os produtos deste contrato deverão ser entregues, de forma parcelada, em até 07(sete) dias, contados da solicitação de entrega emitida pela Diretoria de Compras e Almoxarifado (e-mail).
- 2 - A entrega dos objetos deste contrato deverá ser feita, na Diretoria de Compras, situado à Rua Itaquirai, nº 3303 - Umuarama - PR, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4 - A empresa vencedora deverá entregar apenas a marca que cotou, não serão aceitas marcas diferentes da que foi cotada e vendida no pregão.
- 5 - Será obrigatório, o fornecedor ganhador, entregar o produto cumprindo todas as especificações estabelecidas no contrato, caso contrário o produto não será aceito.
- 6 - O recebimento dos produtos será realizado por servidores, membros da Comissão de Recebimento de Bens.
- 7 - A fiscalização será executada pelo servidor a ser indicado no contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 1 - O objeto deste contrato deverá ser fornecido/executado conforme a cláusula oitava do presente contrato.
- 2 - A entrega dos objetos deste contrato deverá ser feita, na Diretoria de Compras, situado à Rua Itaquirai, nº 3303 - Umuarama - PR, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 3 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
 - a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência **de até 12 (doze) meses, tendo início em 17 de fevereiro de 2023 e com término em 17 de fevereiro de 2024**, sendo, contudo, prorrogável por iguais períodos se for de interesse da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

oriundas deste contrato, sem prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, conforme Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016, bem como alterações posteriores e/ou legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega/execução do objeto licitado/contratado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega/execução;
- c) Ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação e/ou contrato, ensejar o retardamento da execução do certame e/ou contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:
 - 1) advertência;
 - 2) multa;
 - 3) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
 - 4) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recursos nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL:

- a) - Pagará a CONTRATADA, o valor da multa calculada sobre o valor de contrato, por dia de atraso, conforme disposto na cláusula décima terceira, independente de interpelação judicial ou extrajudicial podendo, a critério do MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ser descontado de preço previsto no presente instrumento, sem prejuízo da ação de perdas e danos e das responsabilidades daí decorrentes.
- b) - A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir à terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.
- c) - Dará também causa à rescisão do presente contrato, pleno direito, independente de quaisquer procedimentos judiciais e extrajudiciais, a ocorrência das seguintes hipóteses:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

- O requerimento de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, e alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura interna da CONTRATADA que, à juízo do MUNICÍPIO DE UMUARAMA, prejudique a execução deste contrato;
- Quando a CONTRATADA transferir este contrato no todo ou em parte, sem anuência do MUNICÍPIO DE UMUARAMA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO PELO CONTRATANTE:

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79, no que couber, da Lei 8.666/93, sem que caiba à contratada direito a indenização e sem prejuízo das penalidades. Poderá ainda, ser rescindido por interesse da administração, devendo nesta hipótese o CONTRATANTE notificar a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias, não sendo devida neste caso nenhuma indenização ou pagamento além do estabelecido na Cláusula Quarta, pelos dias que efetivamente tenha prestado os serviços e/ou produtos que tenham sido entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO:

Além das sanções previstas na cláusula décima terceira, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupções previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA:

O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº 2022/11/1533 e a modalidade de Pregão Eletrônico nº 155/2022 – PMU, bem como vincula-se a proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

A cessão total ou parcial a terceiros dos direitos decorrentes deste contrato, dependerá da prévia anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

condições previstas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Por determinação da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do preço inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS:

Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, morte, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato. Também obriga-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de quaisquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:

Fica obrigada a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da Licitação, de acordo com o artigo 55 XIII da lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua Rescisão, arcando a CONTRATADA com as consequências contratuais, suas responsabilidades e sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

Nas contratações em que se façam necessárias inclusões de qualquer elemento não constante do presente, serão efetuadas por “ANEXO ou TERMO ADITIVO”, que integrarão o Contrato para todos os fins e efeitos de direito”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO: As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, não obstante



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Umuarama, 17 de fevereiro de 2023.

HERMES PIMENTEL DA SILVA

Prefeito Municipal
Município de Umuarama
Contratante

ROBERTO JUNIOR DE ALMEIDA

Macrommerce Ltda
Contratada

GESTOR (A):

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS, CREA-PR 167.115-D, portador da cédula de identidade, RG nº 10.017.249-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 099.654.639-13, Diretor de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.

FISCAL:

BENEDITO BARBOSA, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.398.799 SSP/PR, inscrito no CPF nº 175.065.069-04, Chefe de Divisão de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.

TESTEMUNHAS:

HELIO DA SILVA JUNIOR, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.550.325-0-SESP-PR, inscrito no CPF nº 067.847.059-63, Chefe de Divisão de Manutenção da Malha Viária, da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano, Projetos Técnicos e Habitação.

GUSTAVO FELIPE BACARO, portador da Cédula de Identidade nº. 10.749.789-7 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº. 100.815.559-46, Diretor de Projetos Técnicos, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.